

A origem da vida ou quando o ser biológico é considerado pessoa

Affonso Renato Meira*

Assunto de fundamental importância para quem tem a preocupação com a reprodução humana é estabelecer quando que, o produto da concepção, união de dois gametas que são constituídos de células vivas, caracterizam a existência de outro ser considerado pessoa.

Surgida com o aparecimento do mundo terrestre, ou quem sabe antes ou depois, a vida se caracterizou por ser um continuum que na espécie humana é transmitida nas gerações pelos gametas provenientes dos dois gêneros.

Assim é preciso lembrar que pelos séculos, desde que se tem notícia de que o homem vive na terra, a vida tem sua origem considerada como proveniente do sopro divino de deuses. Deuses, de diferentes rituais, desde os místicos, característicos dos povos ágrafos, até os de pompa maior encontrada em tantas igrejas. Esses diversos rituais compreendem a doação de oferendas, que vão das preces às vidas. Deuses, porém, que sempre serviram para a explicação, de maneira cabal e dogmática, do que ocorre com o sobrenatural, exatamente sobre aquilo que os conhecimentos humanos não sabem e nem tem condições de fazer afirmativas categóricas. Entretanto, mais recentemente, contrariando a fé persistente de todos os tempos da humanidade, ilação aceita por muitos, foi dito que o homem criou Deus. Esta é uma afirmativa cabível em um momento de reflexão materialista e racional, mas que se perde nos tantos momentos vividos em todos os séculos em que o homem está neste mundo.

Por mais que o saber da ciência traga novidades sobre desde quando o homem tem sua constituição atual, qual seu início, qual sua possível evolução a partir de outros animais, as perguntas a estas questões apresentam respostas que trazem sempre controvérsias. É cabível dizer que desde sempre, desde os primórdios de sua preocupação com a vida, o homem quis conhecer o mundo e a sua origem na Terra. Todavia, nunca houve um momento preciso em que se possa detalhar o aparecimento do homem. A procura do elo, que possa caracterizar, de acordo com a teoria da evolução, a passagem do ancestral para o homem atual, é realizada quotidianamente, porém o elo continua perdido.

Aqueles que pensam, racionalmente, baseados nos valores científicos, têm posições a respeito do homem e de sua presença, que surgiram produzindo confrontos a partir de meados do século dezenove. Recentes essas idéias, se comparadas com os tempos da humanidade, possuem a força da modernidade e a convicção dos mais letrados. É a razão que se antepõe à fé. São os cientistas de diferentes matizes a discutirem com os crentes de todas as igrejas.

Na Bíblia Sagrada, no Antigo Testamento, naquele que é o livro primeiro do Pentateuco, o livro das origens, Gênesis, se lê: “No princípio criou Deus o céu e a terra” e adiante se encontra no mesmo livro: “Disse também Deus: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, o qual presida aos peixes do mar, às aves do céu, às bestas e a todos os répteis, que se movem sobre a terra, e domine em toda a terra. E criou Deus o homem à sua imagem: fê-lo à imagem de Deus, e criou-os macho e fêmea”.

De acordo com a teoria da evolução, proposta por Darwin, hoje considerada por muitos, como completamente verificada em todos os seus propósitos e significados, os seres vivos são aparentados uns com outros e tiveram um ancestral comum em alguma ocasião desde o aparecimento da vida.

A origem da vida ocorreu há mais de mil milhões de anos. Apesar do aprofundamento dos estudos e das informações obtidas até hoje, não existe ainda uma evidência inequívoca que permita entender que essas teorias que traduzem a presença do homem nos diversos instantes de sua vida na terra sejam irrefutáveis.

A teoria da evolução teve sua aceitação nas elites das sociedades pelos letrados, pelos estudiosos, pelos cientistas enquanto as camadas mais baixas continuavam a crer em diferentes deuses estimulados por sacerdotes que independente de suas crenças tinham sempre um ou mais deuses para adorar.

Apesar da divergência posições foram se acentuando e elas eram aceitas pela sociedade sem maiores possibilidade de contestação.

A idéia de que a partir da fecundação de um óvulo, uma nova vida surgia predominava nos meios científicos e éticos e se não fosse aceita, pelo menos não era discutida. A posição da igreja católica que a vida de uma pessoa tinha inicio na concepção era a mais difundida no mundo ocidental e era muito próxima de outras igrejas que consideravam que a vida começava em momentos diversos, porém antes do nascimento, como pregam os seguidores do judaísmo e do islamismo.

Essa conceituação caminhou pelos tempos, até que passou a se constituir em polêmica que levou às posições éticas que apresentavam contradições e que se modificaram para atender as mudanças da tecnologia da medicina na área da reprodução humana, e acompanharem no possível os preceitos das teologias. Em outros tempos todos concordavam, no mundo ocidental, com a conceituação defendida pelos religiosos, de que na concepção ou durante os primeiros meses da vida intra-uterina, é que o ser biológico se caracterizava por ser humano. A precisão não era preocupação.

Alguns anos depois da metade do século passado, uma preocupação, que tinha se iniciado em 1798 quando surgiu a obra “Ensaio sobre o Princípio da População...” com as propostas de Malthus sobre o crescimento das populações e a interligação com um desenvolvimento econômico condizente, voltou a interessar o mundo. Quando alguns países levantaram a questão populacional na V Assembléia Mundial de Saúde, realizada em Genebra, na Suíça uma grande controvérsia se iniciou.

Foi um retorno a preocupação com o incremento da população em todo o mundo e em particular nos países menos desenvolvidos. Porém passadas às primeiras dúvidas diversos países se propuseram a realizar programas de planificação familiar. Os primeiros programas cuidavam do controle da natalidade através de meios tradicionais, os únicos disponíveis até então.

Os meios tradicionais do controle da natalidade prescritos eram a abstinência sexual, a programação pela tabela de Ogino e Knaus, o uso dos preservativos mecânicos, principalmente o Condom, ou seja, o preservativo masculino, que no meio brasileiro se vulgarizou com a denominação de camisinha.

Embora o conhecimento do dispositivo intra-uterino remonte a tempos antigos, quando os árabes introduziram pedras no útero de camelas, ao fazerem grandes travessias no deserto, ele só foi adaptado para utilização em mulheres em 1928, porém acompanhado de pouco sucesso. Sua aceitação veio a ocorrer no início dos anos sessenta do século passado, em razão de experiências que vieram a demonstrar a sua eficiência.

Teólogos e religiosos posicionados contra o abortamento levantaram a suposição de que o mecanismo de ação do dispositivo intra-uterino era o de provocar o aborto. Entretanto estudos mostraram que cerca de 50% dos ovos são eliminados pela menstruação normal da mulher o que levou a consideração de que para haver a gestação além da fecundação era necessário que o ovo fosse implantado no endométrio do útero. O ser humano, por este prisma, só poderia ser tomado como tal, não na concepção mas na nidadação. A evolução da ciência levou a modificação da posição ética, não daqueles que se prendiam aos dogmas religiosos, mas dos demais que se consideram em um posicionamento laico. É interessante lembrar que o Código que regia o exercício da medicina no Brasil, elaborado em 1965, e em vigor até 1984, prescrevia em seu artigo 53 – A inseminação artificial heteróloga não é permitida; a homóloga poderá ser praticada se houver o consentimento expresso dos cônjuges. Os tempos passam e com ele os preceitos éticos também.

Em 1978, com o nascimento do primeiro bebe, dito de proveta, pois era produto de uma fertilização artificial, a idéia de quando o ser biológico deveria ser considerado pessoa começou a preocupar os envolvidos com os aspectos éticos da área de saúde. O desenvolvimento tecnológico da fecundação humana extra corpórea, atingindo a possibilidade da transferência de embriões produzidos na fertilização “in vitro” para o organismo de uma mulher levou a uma percepção ética diferente. Já desde os idos de 1971 a preocupação com a reprodução artificial tomava conta de áreas de estudiosos dos Estados Unidos da América, onde se constituiu o “Joseph and Rose Kennedy Institute for Human Reproduction and Bioethics.” No Brasil com a confirmação do nascimento de uma criança proveniente de medidas estabelecidas por técnicas artificiais, acontecimento ocorrido nos meados dos anos oitenta do século passado a preocupação com o assunto se acentuou.

O Conselho Federal de Medicina, no Brasil, com sua atribuição de encaminhar a trilha ética a ser seguida, elaborou, em 11 de novembro de 1992, resolução que tem número CFM 1.358, produto do pensamento da categoria médica. Assim se resolveu estabelecer o número máximo de 4 embriões a serem manipulados na reprodução artificial; o parentesco até o segundo grau entre a doadora genética e a doadora temporária do útero; o anonimato dos participantes nesses processos, assim como o tempo máximo do desenvolvimento do pré-embrião in “vitro” de 14 dias. O consentimento informado foi estabelecido como obrigatório e extensivo a todos os participantes, assim como a ausência de finalidade comercial ou lucrativa na doação de gametas ou pré-embriões.

Ficou dessa maneira estabelecido que até 14 dias após a concepção o ser biológico não é pessoa, pois na sua manipulação pode ocorrer o seu descarte. Além do que os embriões excedentes que devam ser congelados, para não serem descartados devem permanecer congelados. Ocorre sobre esse fato uma nova polêmica. Congelados até quando? Ad eterno? Por três anos? Porque não quatro ou cinco? Será três um número cabalístico?

Convém lembrar que muitas vezes durante a transferência de embriões um número maior que o desejável de embriões viáveis se desenvolve. A técnica preconiza nesses casos a redução de embriões, isto é o descarte ou a eliminação de embriões implantados, para que tenha um número ideal. Essa é uma prática bastante discutida e discutível, pois corresponde à interrupção da gravidez com a destruição de embriões já na décima semana de gestação.

Ainda a respeito de quando o ser biológico é pessoa deve ser feita referência à chamada teoria natalista, que defende que a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento. Esse posicionamento é encontrado em culturas orientais, com preceitos religiosos diversos, que em uma posição mais liberal só passam a se preocupar com o novo ser depois do seu nascimento. Em parte isso ocorre também no Brasil, onde as perdas fetais e os natimortos não recebem tratamento legal individualizado. São, unicamente, um número em uma estatística sanitária, onde ela exista e seja corretamente realizada. Em outros lugares nem isso merecem.

Não é possível, portanto concluir de maneira cabal quando o ser biológico pode ser considerado pessoa, pois, crenças e posições religiosas inseridas no emocional das pessoas variam geralmente nas diversas camadas de uma mesma cultura. Realizar um plebiscito levaria a criar ânimos exaltados em que crentes de diferentes posições poderiam partir para posições irreconciliáveis. O abandono de um dogma religioso só acontece se houver uma conversão.

Em face de tudo isso é que cabe indagar quando o ser biológico, conjunto de células, provenientes da união de dois gametas dentro do corpo de uma mulher ou da junção de células de seres de gêneros diferentes em um laboratório em que se realiza uma técnica de fecundação humana extracorpórea, deve ser considerado pessoa.

A resposta é encontrada em uma gama de posições a partir de uma visão conservadora de predominância religiosa, fundamentalmente da igreja católica, de que o ser biológico é pessoa desde a concepção até uma posição liberal considerando como pessoa só depois de seu nascimento vivo, quando então se intera com as outras pessoas. A resposta cabe a cada um de acordo com sua crença.

Affonso Renato Meira
Professor Emérito da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Coordenador da Comissão de Bioética da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana.
armeira@usp.br